

IDO. AUTUE-SE E INCLUAEM PAUTA

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. 9 NOV 2004

Iº Secretário **PROTOCOLO** Estado de Rondônia Assemblera Legislativa PROJETO DE LEI 09 DEZ 2024 Protocolo: 804/24 **AUTOR: MESA DIRETORA** Altera a ementa e o artigo Re revoga o

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Ficam alteradas a ementa e o artigo 1º da Lei nº 5.734, de 9 de janeiro de 2024. que passam a vigorar da seguinte forma:

> "Estabelece e regulamenta auxílios para os membros da Assembleia Legislativa de Rondônia e dá outras providências.

> artigo 3°, todos da Lei nº 5.734, de 9 de

ianeiro de 2024.

Art. 1º Ficam estabelecidos o auxílio-transporte, o auxílio-interiorização e o auxíliomanutenção pessoal aos Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia." (NR)

Art. 2º Fica revogado o artigo 3º da Lei nº 5.734, de 2024.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 9 de dezembro de 2024.

Deputado MARCELO CRUZ

Presidente

Deputado JEAN OLIVEIRA

1ª Vice-Presidente

RIBEIRO DO SINPOL

2ª Vice-Presidente





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

/	ableia L	N.
1,00		Sign.
18	09	Q
1 .	02	E

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.				
	(See	Top Day		
PROTOCOLO	PROJETO DE LEI N	· //a Dr.		
AUTOR: MESA DIRETORA				
Deputado CIRONE DEIRÓ 1º Secretário Deputado NIM BARROSO 3º Secretário	Deputado JEAN MENDO 2º Secretário Deputado ALEX REDA 4º Secretário			





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO	PROJETO DE LEI	N°
AUTOR: MESA DIRETORA		

JUSTIFICATIVA

A presente propositura se presta à alteração da Lei nº 5.734, de 09 de janeiro de 2024 em decorrência da recomendação constante da alínea "a" da Notificação Recomendatória Conjunta nº 001/2024/MPC/MPE, segundo a qual as despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação dos servidores, à exceção dos parlamentares, devem ser custeadas com diárias e não com auxílios.

Frise-se, por oportuno, que em linhas gerais, esta Casa de Leis, possui entendimento diverso do mérito da sobredita notificação recomendatória, mormente pela natureza dos cargos até então contemplados com os auxílios da Lei nº 5.734, de 2024, eis que se cuidam de cargos de Direção Superior do Poder Legislativo, que, por essa razão, são destinatários de tal regra, notadamente porque, no exercício de seus misteres, se distanciam dos demais servidores do Parlamento, em especial pelo fato de que, dadas as competências e atribuições dos cargos respectivos, atuam de forma mais direta e pessoal aos Parlamentares Estaduais, notadamente em relação à Mesa Diretora.

Com efeito, embora não se assemelhem aos Congressistas Estaduais, a toda evidência, se distanciam, no aspecto de atribuições e competências, dos demais servidores do Parlamento Estadual, não sendo, destarte, na espécie, alcançável a isonomia puramente formal, *premissa venia*. Sendo assim, não se vislumbra afronta ao sistema de indenização por diárias, tampouco aos postulados da razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, eficiência e economicidade.

Entretanto, no escopo de manter o diálogo institucional entre esta Casa de Leis e os Órgãos de Controle responsáveis pela Notificação Recomendatória Conjunta nº 001/2024/MPC/MPE propõe-se a presente alteração legislativa, ressalvando que por força da argumentação retro será construída uma solução alternativa, específica e destacada dos Parlamentares, que não desconsidere, por completo, a natureza de Direção Superior dos cargos em análise, a luz da autonomia e competência da Assembleia Legislativa para legislar sobre este tema, *interna corporis* (artigos 2º e 51, IV, da Constituição Federal em combinação com os 7º e 29, III, da Constituição Estadual).

Assim, pedimos o apoio e o voto dos Excelentíssimos(as) Parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei.

